

Inquérito aos Docentes e Investigadores sobre a Reorganização da Rede de Ensino Superior e Financiamento

Sumário Executivo

dezembro de 2013

O inquérito foi lançado pelo SNESup no sentido de promover a participação ativa dos docentes e investigadores na discussão sobre “*As Linhas de Reforma do Ensino Superior*” sugerida pelo Secretário de Estado do Ensino Superior. O SNESup, no cumprimento da sua missão, procurando corresponder à necessidade de auscultação das partes envolvidas, assim como urgência de fomentar uma avaliação transversal das propostas, considerou importante dispor de informação sobre o sentir daqueles que poderão vir a ser mais afetados por quaisquer alterações estruturais no Ensino Superior Português. Deste modo espera-se contribuir para que as eventuais decisões a tomar possam considerar tanto quanto possível a opinião dos docentes e investigadores.

Dado o curto prazo que foi indicado pela tutela para esta discussão, o inquérito teve que ser elaborado e divulgado num prazo igualmente curto. Este facto impediu uma auscultação prévia sobre as dimensões de inquirição, não permitiu a realização de um pré-teste para recolha de sugestões e fez com que nem todas as questões pertinentes tivessem sido incluídas no questionário. No entanto, consideramos que o balanço da iniciativa foi francamente positivo dado que houve uma adesão muito significativa, o que revela o interesse da comunidade de docentes e investigadores por este tema.

Em termos de estrutura, o relatório a que este sumário executivo se reporta inclui uma secção onde se descreve a metodologia adotada e uma segunda onde se apresentam os resultados. Estes, apresentados de forma descritiva, encontram-se divididos em resultados a nível nacional e resultados a nível regional. No final, em anexo, são apresentadas as respostas às perguntas abertas, dado ser importante divulgar as opiniões dos respondentes expressas desta forma, sendo que estas respostas são relevantes do ponto de vista da contextualização dos resultados.

O relatório assume-se essencialmente como um documento de carácter técnico, pelo que não são tecidas quaisquer considerações que envolvam um juízo de valor sobre os diferentes temas e questões. Na verdade, constata-se que muitas das questões abordadas não são de forma alguma consensuais entre a comunidade de docentes e investigadores. Por esse motivo limitamo-nos a apresentar os resultados obtidos, sem qualquer observação que possa enviesar a sua interpretação.

A aplicação do inquérito não teve a preocupação em garantir nem uma amostra representativa nem uma amostra aleatória, procurando maximizar as oportunidades de participação, desiderato que alcançou, dado o elevado número de respondentes. O inquérito foi desenvolvido através da ferramenta *SurveyMonkey*, e foi divulgado junto do universo de potenciais respondentes através do endereço <https://pt.surveymonkey.com/s/MCH279Q>. Este endereço foi difundido em massa para todo o ensino superior nacional através de mensagem de correio eletrónico. O inquérito incluiu uma lista de 31 questões e esteve acessível entre 18 de novembro e 1 de dezembro de 2013.

Para além das 10 questões iniciais, que se destinaram a fazer a caracterização do respondente, as restantes questões enquadraram-se nas “*Linhas de Reforma do Ensino Superior*” divulgadas pela Secretaria de Estado do Ensino Superior. Na sua formulação houve o cuidado de limitar (mas não suprimir) o número de perguntas abertas, de modo a facilitar o tratamento estatístico posterior, sem prejudicar a recolha de opiniões e a auscultação de sentimentos. Optou-se também por não conferir um caráter de resposta obrigatória às perguntas, razão pela qual o número de respondentes varia em cada uma das questões. Em alguns casos foi incluída a opção “Não sei/Não tenho a certeza” de modo a ter uma informação objetiva sobre o nível de desconhecimento/incerteza dos respondentes a essas questões em particular.

Em termos do público-alvo, sem desconsiderar a opinião de outros docentes do ensino superior, designadamente os do ensino superior privado e os do ensino superior concordatário, é importante salientar que o questionário foi concebido para ser respondido por aqueles que poderão vir a ser diretamente afetados por uma eventual reforma do ensino superior público, ou seja, os docentes e investigadores que fazem parte de instituições públicas de ensino.

O inquérito contou com a participação de 3609 respondentes, 56,2% dos quais do Ensino Superior Universitário e 43,8% do Ensino Superior Politécnico.

No Ensino Superior Universitário os respondentes foram predominantemente professores auxiliares (58,6%), professores associados (9,2%) e professores catedráticos (9%). Os docentes representaram 94,8% das respostas e os investigadores 5,2%.

No Ensino Superior Politécnico os respondentes foram predominantemente professores adjuntos (62,3%), assistentes do 2º triénio (13,9%) e professores coordenadores (12,8%). Os docentes representaram 99,5% das respostas e os investigadores 0,5%.

17,6% do total dos respondentes encontrava-se na categoria atual há dois anos ou menos e cerca de 60,8% encontrava-se na categoria atual há 5 anos ou mais.

16,3% dos respondentes eram docentes ou investigadores há 10 anos ou menos e 38,4% eram docentes ou investigadores há 20 anos ou mais.

Cerca de ¼ dos respondentes (23,4%) são de instituições de Lisboa/Setúbal; 16,8% do Porto; 10,7% de Coimbra; 8,2% da Estremadura, tendo os respondentes das instituições insulares (com 1,4% cada um) um peso menor na amostra.

Dos 88,8% de respondentes que quiseram prestar essa informação, 31,6% era associado do SNESup.

Dos 2721 respondentes à questão sobre a reorganização da rede de Instituições de Ensino Superior a nível nacional, 69,3% concordam com a reorganização da rede e 30,7% não concordam. As respostas positivas foram superiores no Ensino Superior Universitário (71,9%) relativamente ao Ensino Superior Politécnico (66,3%) existindo uma relação de dependência estatística entre as respostas e o subsistema. Existe igualmente uma relação estatisticamente significativa entre as escolhas dos respondentes e as categorias de carreira. Verificou-se que 75,8% dos professores catedráticos, 77,6% dos professores associados, 71,4% dos professores auxiliares, 58,1% dos leitores/assistentes/monitores e 66,1% dos investigadores concordam com a reorganização da rede a nível nacional. No Ensino Superior Politécnico concordam com a reorganização 79,1% dos professores coordenadores, 67,0% dos professores adjuntos e 57,4% dos assistentes.

A mesma disparidade entre subsistemas se regista relativamente à concordância com a reorganização da rede proposta para a região da instituição dos docentes e investigadores. Dos 2620 respondentes a esta questão, 47,6% concordam com a reorganização da rede na sua região tal como proposta pela tutela e 52,4% não concordam. As respostas positivas foram mais elevadas no Ensino Superior Universitário (52,7%) que no Ensino Superior Politécnico (47,3%). Existiu igualmente uma dependência estatisticamente significativa entre as respostas e as categorias profissionais dos respondentes.

A apresentação dos resultados por subsistema revela ainda outro tipo de diferenças significativas. Disso é exemplo a opinião sobre a pertinência da atual divisão binária do Ensino Superior (entre Universitário e Politécnico). Dos 2253 respondentes que se pronunciaram sobre esta questão, 68,3% concordam e 31,7% não concordam com a divisão binária no Ensino Superior. Mas a percentagem de respostas concordantes é maior no Ensino Superior Universitário (75,7%) que no Ensino Superior Politécnico (59,9%).

Já relativamente à concordância com a necessidade de reorganização da rede na região onde se localizam as instituições em que trabalham, resposta que obteve 1440 respostas, 54,6% concordam com a reorganização da rede na sua região mas de acordo com outra organização territorial e 45,4% não concordam com a reestruturação que tenha por base outra organização territorial.

Num universo de 2410 respondentes, 73,6% concordam (8,6% não concordam e 17,8% afirmou não saber/não ter a certeza) com a necessidade reestruturar o funcionamento das Instituições de Ensino Superior em termos gerais. Quanto aos aspetos alvo de reestruturação, o número de ciclos de estudo ministrados representou 30,6% das escolhas, o tipo de ciclos de estudo representou 35,1% das escolhas, a qualificação dos docentes para cada tipo de ciclo de estudos representou 23,2% das escolhas e outros aspetos representaram 11,1% das escolhas. A necessidade de reestruturação do subsistema em que se inserem, que mereceu a concordância de 63,1% e a discordância de 17,3% (com

19,6% a afirmar não saber/não ter a certeza), é menos sentida no Ensino Superior Universitário (59,2%) que no Ensino Superior Politécnico (67,7%).

Relativamente aos modelos de associação ou cooperação que possam vir a presidir a um eventual cenário de áreas de coordenação regional, 15,1% escolheram mais que um modelo de associação. De todos os modelos escolhidos, a Fusão alcançou 13,1%, a Integração representou 17,7%, o Consórcio atingiu 57,4% e Outras formas de associação mereceram a escolha de 11,8% dos respondentes.

Sem qualquer tipo de diferenças entre subsistemas, um pouco mais de $\frac{2}{3}$ dos inquiridos entende ser necessário alterar o atual modelo de financiamento das instituições de Ensino Superior, $\frac{1}{4}$ defende dever existir uma diferenciação a nível do financiamento entre subsistemas universitário e politécnico, sendo essa opinião mais frequente entre os respondentes do primeiro subsistema. Dos indicadores possíveis para enquadrar uma eventual alteração do modelo de financiamento destacam-se: a qualificação do corpo docente (indicada por 20,8% dos respondentes), o número de alunos (indicado por 19,0%), o número de docentes (indicado por 10,9%), o número de ciclos de estudo (indicado por 13,3%), o tipo de ciclos de estudos ministrados (indicado por 17,1%) e a captação de receitas próprias (indicada por 13,3%).

De registar que, para um nível de concordância com a reorganização da rede de Instituições de Ensino Superior a nível nacional situado nos 69,3%, os respondentes das instituições Açorianas registam um nível de concordância de 85%, seguindo-se os de instituições do Alentejo com 73,2% e os de instituições de Lisboa/Setúbal com 72,3%. No pólo oposto, com os níveis mais baixos de concordância, encontramos os respondentes de instituições do Minho/Ave com 62,6%, de instituições do Porto com 64% e da Beira Litoral com 66,1%. São os respondentes pertencentes a instituições localizadas no Alentejo que mais partilham a opinião que a reestruturação da rede é desejável com base em outra proposta de reorganização territorial que não a sugerida pela tutela.